

# Lições da crise energética

CARLOS B. VAINER e CÉLIO BERMANN

O debate acerca das causas e soluções para a crise energética corre o grande risco de ficar dominado pela perspectiva de curto prazo, submetido a uma verdadeira chantagem do imediato. De um lado, o Governo parece querer transformar a crise em pretexto para aprofundar a opção privatista. Assim é que se promete a chamada "garantia cambial", que em bom português significa indexar as tarifas ao câmbio. Promete-se comprar toda a energia que for produzida, ao preço que for solicitado ... desde que, "pelo amor de Deus, nos ajudem a sair da trapalhada em que nos metemos!"

Esta opção implica a elevação das tarifas, com graves ônus tanto para os consumidores residenciais quanto para o desenvolvimento do país. Implica também a entrega a interesses privados de importante patrimônio público, representado tanto pelas empresas estatais ainda não vendidas quanto pelas águas e pelo potencial hidrelétrico.

De outro lado, muitos críticos do projeto privatista têm defendido o modelo de grandes barragens hidrelétricas, modelo que alcançou seu ápice sob a ditadura militar e cujas consequências principais foram o aprofundamento das desigualdades sociais e regionais. Um milhão de pessoas deslocadas compulsoriamente por grandes barragens engrossaram o êxodo rural e o crescimento da miséria nas favelas e periferias urbanas. Isso para não falar da ocupação violenta dos territórios de povos indígenas; da destruição acelerada de recursos ambientais; da transformação das empresas estatais em mecanismos de poder e corrupção, operando à margem de qualquer controle social.

Este modelo operava segundo dois princípios básicos: em primeiro lugar, um sistema altamente centralizado; em segundo lugar, a dependência quase exclusiva da hidreletricidade e, mais particularmente, de megaempreendimentos hidrelétricos.

A tentativa de resgatar o modelo dos anos 70 e 80 está fundada em mito segundo o qual um sistema nacional interligado, estruturado sobre grandes barragens hidrelétricas, é eficiente, barato e pouco impactante do ponto de vista ambiental. Esse mito cai por terra quando se lê o relatório "Barragens e Desenvolvimento: Um Novo Modelo para a Tomada de Decisões", lançado em novembro de 2000 pela Comissão Mundial de Barragens, organismo independente do qual participaram representantes de di-

ferentes setores envolvidos com o tema.

Após dois anos consagrados a uma ampla avaliação das grandes barragens no mundo, a comissão concluiu: a) grandes barragens custam muito mais que o previsto e produzem menos energia que o planejado; b) seus impactos ambientais são enormes e irreversíveis; c) além de terem deslocado de 40 a 80 milhões de pessoas em todo o mundo, provocaram o empobrecimento nas regiões onde se formaram imensos lagos artificiais.

Mais importante: o relatório concluiu que a economicidade de grandes barragens "permanece imponderável, pois os custos ambientais e sociais foram mal contabilizados". E acrescentou: "a não-contabilização desses impactos e o não-cumprimento dos compromissos assumidos levaram ao empobrecimento e sofrimento de milhões de pessoas".

Como se vê, o mundo vem aprendendo com o fracasso do modelo baseado em grandes barragens. Já se encontra em discussão no Congresso americano projeto para que os representantes dos Estados Unidos em organismos multilaterais votem contra qualquer proposta de construção de barragens que não considere as recomendações da Comissão Mundial de Barragens.

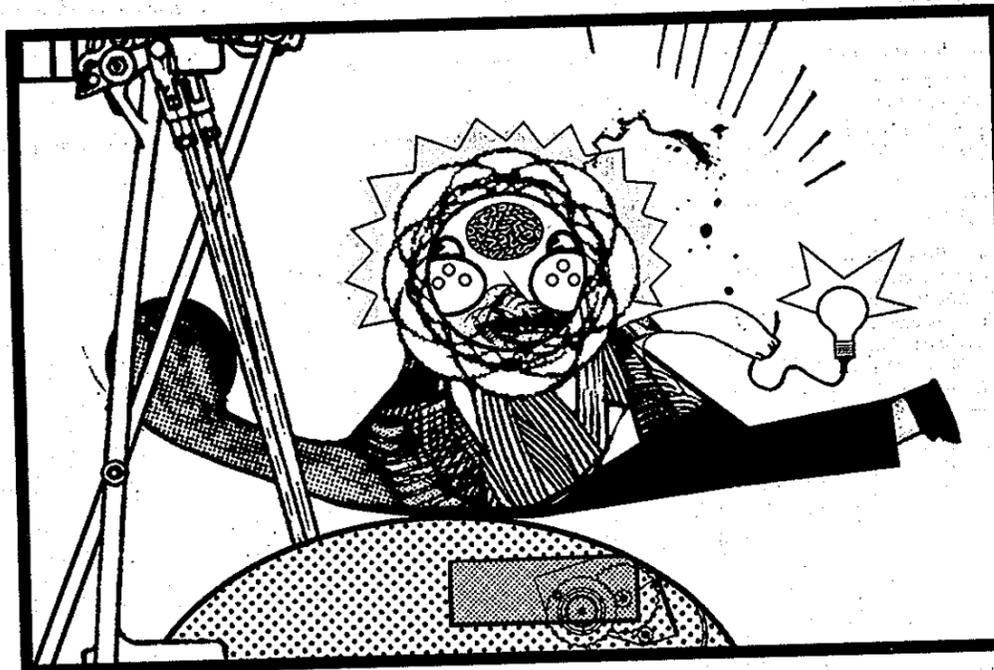
E o que recomendou a comissão? Em primeiro lugar, que todas as alternativas sejam profundamente estudadas, tanto para economizar

ou produzir energia quanto para promover a oferta de água e o controle de cheias. Em segundo lugar, que nenhuma barragem seja construída sem a aceitação pública das populações atingidas.

E quais são as lições que podemos tirar de nossa crise energética? A primeira delas é que a política energética de um país como o Brasil não pode ser objeto de decisões secretas. O modelo e a política energéticas, assim como as decisões relativas a recursos hídricos, podem hipotecar o futuro da nação, e, por esta razão, devem resultar de amplo debate público. Ora, na contramão da história, o governo federal baixou medida provisória reduzindo os prazos para que os órgãos ambientais examinem estudos e relatórios de impacto ambiental.

Segunda lição a tirar da crise: é possível reduzir o consumo de eletricidade. A economia seria infinitamente maior se, ao invés da simples pressão sobre o consumidor residencial, fossem revistos os acordos de fornecimento com indústrias eletrointensivas que se beneficiam de enormes subsídios. As indústrias de alumínio, por exemplo, exportam 70% da produção e recebem subsídios de 200 a 250 milhões de dólares ao ano para as fábricas do Pará e Maranhão. Trocado em miúdos, isto quer dizer que destruimos nossas florestas, inundamos terras férteis, expulsamos do campo populações ribeirinhas, eliminamos cultural e,

Cavalcante



mesmo, fisicamente, populações indígenas ... para subsidiar o consumo de alumínio nos países dominantes — que, desde a crise do petróleo, deslocaram para os países periféricos os setores industriais que consomem grandes quantidades de energia.

Na verdade, precisamos rever todo um modelo econômico que apostou na chamada "inserção competitiva" baseada, entre outras coisas, na exportação de bens primários eletrointensivos. Isto para não falar dos efeitos internos: enquanto a indústria de alumínio emprega 2,7 trabalhadores por cada 1.000 MWh consumidos, a indústria de alimentos e bebidas, voltada essencialmente para o mercado interno, oferta 70,2 postos de trabalho para o mesmo consumo energético.

A terceira lição é que temos muito a fazer no terreno da redução e racionalização do consumo. Compare-se o consumo energético de um shopping center, cuja arquitetura energeticamente estúpida exige iluminação e refrigeração artificiais por todo o dia, com as tradicionais áreas comerciais de nossas cidades. E quanto ainda poderia ser economizado se fosse aumentada a eficiência de nossos eletrodomésticos, de nossas indústrias?

O próprio sistema elétrico opera hoje com perdas técnicas da ordem de 16,5%, que ocorrem nas linhas de transmissão mal isoladas e nas redes de transmissão com transformadores antigos ou defeituosos. Se alcançássemos o padrão internacional, de 6% de perdas, resultaria uma economia equivalente à metade da produção de Itaipu, ou cerca de 10% de toda a potência instalada no país. Se ao lado disso se engajassem um programa de repotenciação de usinas, das usinas com mais de 20 anos de operação, poder-se-ia alcançar um acréscimo de potência de 7.7607.600 MW. Ou seja: sem nenhuma nova usina se poderia obter uma quantidade de energia equivalente aos 20% de economia que o governo impôs à nação.

A quarta lição diz respeito às enormes possibilidades abertas por fontes alternativas de energia cujos impactos sociais e ambientais são irrisórios quando comparados com as energia de fonte térmica ou hídrica. Podemos olhar para o futuro. Explorar a inesgotável fonte representada pela economia, racionalização e conservação da energia. E avançar na fronteira promissora das fontes alternativas.

CARLOS B. VAINER é professor do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da UFRJ; CÉLIO BERMANN é professor do Programa de Pós-Graduação em Energia da USP.